

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº

(Da Sra. Iriny Lopes)

Requeiro a realização de Audiência Pública para tratar da “**Conferência Nacional de Segurança Pública**”.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvida nossa Comissão, a realização de Audiência Pública, em parceria com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para tratar da “Conferência Nacional de Segurança Pública”, sugerindo desde já que sejam convidados o Ministro da Justiça, Senhor Tarso Genro e a Senhora Regina Miki, Coordenadora-Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, sem prejuízo de outros convidados que possam ser sugeridos pelos demais membros da CDHM.

JUSTIFICATIVA

Em agosto deste ano, acontecerá a 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), visando, com a participação de todas as esferas (municipais, estaduais e federal), a definição de diretrizes capazes de garantir este fundamental direito de cidadania. Trata-se de tema que está entre as três maiores preocupações dos brasileiros.

Praticamente todos os demais temas referentes a políticas sociais já realizam suas conferências nacionais, espaço privilegiado e qualificado para consolidação dos mecanismos de participação social, conforme previsto pelo art. 204 da nossa Lei Maior. Unindo sociedade civil, poder público e trabalhadores da segurança pública, a 1ª. Conseg propõe o debate sobre a Política Nacional de Segurança Pública, para consolidar a formulação de um novo paradigma, conforme proposta do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

Ao final da Conferência, também será discutida a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). O órgão, hoje composto somente por gestores do MJ e das corporações da segurança pública, precisa contar com integrantes da sociedade civil, para cumprir o papel de atores

importantes na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de segurança.

Nesse momento em que iniciam-se os processos de discussão nos municípios, consideramos muito importante a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão, preferencialmente em parceria com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, como forma de interagir o parlamento com a realização e os objetivos da Conferência e, em especial, com a nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a certeza de que, uma boa política de Segurança Pública em nosso País em muito contribuirá para a redução da violação de direitos humanos.

Temos certeza que todos os nossos nobres pares membros dessa Comissão sabem da importância de garantir a participação da CDHM num momento tão significativo para obtenção de conquistas no âmbito da cidadania brasileira.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2009.

**Deputada IRINY LOPES
PT/ES**